

# O potencial do agronegócio para alavancar a economia brasileira

Antônio Hélio de Menezes<sup>1</sup>  
José César Vieira Pinheiro<sup>2</sup>

**Resumo:** Este trabalho tem como abordagem central o uso dos saldos da balança comercial do agronegócio, como forma de alavancar a economia brasileira por meio da transferência de recursos para aquisição, pelo mercado interno, de bens e serviços produzidos no País e para a importação dos bens de capital necessários à expansão da base produtiva. Empregam-se índices gerais de preços, índices de preços de bens de capital importados e índices de taxa de câmbio real, para estimar a distribuição e dinamizar a economia das divisas geradas, segundo três cenários alternativos, em termos de emprego de parte dos saldos para financiar déficits do balanço de pagamentos. Em síntese, conclui-se que nos últimos dez anos, o agronegócio gerou expressivos saldos da balança comercial, no entanto mal aproveitados, para impulsionar o crescimento econômico, uma vez que foram usados, em sua maior parte, para cobrir déficits do balanço de pagamentos. Para cenários alternativos, à medida que as necessidades de cobertura caíam pela metade, ou as divisas não sejam utilizadas para esse fim, estima-se ser possível disponibilizar importantes somas de recursos para acelerar o crescimento econômico.

**Palavras-chave:** agronegócios, alavancar, economia.

## Introdução

Nos últimos dez anos, o agronegócio brasileiro tem dado uma demonstração de vigor e competitividade, sem precedentes em toda a história, elevando o saldo da balança comercial de US\$ 15 bilhões, em 1995, para US\$ 34 bilhões, em 2004. Hoje, o Brasil exporta mais de 150 itens, embora mais de 50% do valor exportado esteja concentrado em soja, carnes, açúcar, café laranja e tabaco. É importante salientar que o País tem conseguido ampliar o mercado importador para

os seus produtos, podendo-se registrar, como conquista mais recente, a entrada da China.

A explicação para esse alentador desempenho do comércio externo do nosso agronegócio está no ganho de competitividade das commodities brasileiras, em boa medida, em decorrência de melhores condições de qualidade e preço, em relação aos concorrentes. De um lado, há que destacar a observância de normas de qualidade e sanidade dos nossos produtos, com a ação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abaste-

<sup>1</sup> Engenheiro agrônomo, mestre em Economia Rural pelo Departamento de Economia Agrícola (CCA/UFC), fiscal federal agropecuário do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, SFA/CE, Av. dos Expedicionários, 3442, email: anhemem@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Engenheiro agrônomo, doutor em Ciências pela Universidade de São Paulo (USP), Área de concentração: Economia Aplicada, professor-adjunto do Departamento de Economia Agrícola (CCA/UFC), Campus do Pici, Bloco 826, email: econrura@ufc.br

cimento (Mapa) na inspeção e fiscalização dos itens exportados, de outro a competência e compromisso dos exportadores em atender às exigências do mercado internacional. Por sua vez, a capacidade em ofertar preços competitivos decorre, em grande parte, do esforço de pesquisa e desenvolvimento da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), vinculada ao Mapa. Em função desse trabalho, ocorreram saltos de produtividade de 145% no caso do algodão e 27% da soja, valendo ressaltar que enquanto a área de lavouras aumentou 24%, a produção física elevou-se em 120%, resultando em redução de custos de produção e, portanto, dos preços dos produtos. Sem esquecer, também, que sem a atuação dos produtores, incorporando essas novas tecnologias, assumindo riscos e gerenciando um processo de agregação de valor aos produtos, esse grande feito não teria acontecido.

Esses fatores positivos, associados à flexibilização das taxas de câmbio, a partir de 1999, e aumentos na demanda global e conseqüente elevação dos preços das nossas commodities fizeram do Brasil o maior produtor mundial de café, laranja e cana-de-açúcar; segundo maior produtor de soja, carne de frango e carne bovina; e terceiro de frutas e milho.

Sem entrar em detalhes quanto à política econômica do governo federal e limitações estruturais ao nosso desenvolvimento, não há como negar que o agronegócio tem revelado grande capacidade em gerar divisas, destacando um potencial considerável de crescimento da economia do País. Passando a circular no mercado interno, esses recursos gerados poderiam aumentar a capacidade de compra de bens e serviços produzidos no Brasil e ensejar acréscimos nas importações dos bens de capital necessários à ampliação e tecnificação do nosso sistema produtivo. Deve-se, portanto, considerar que a maior parte desses saldos da balança comercial do agronegócio tem sido utilizada para cobrir déficits do balanço de pagamentos, gerados pela entrada de poupança externa e conseqüentes obrigações de curto prazo, pouco restando para

que as divisas geradas cumpram o seu papel de fator de crescimento econômico. Convém observar, que não há evidências empíricas que mostrem qualquer contribuição da entrada de capitais externos para o crescimento da economia brasileira, especialmente porque esses capitais têm caráter eminentemente especulativos, gerando-se um círculo vicioso de fazer mais dívida, para pagar os juros do período anterior.

No caso brasileiro, é relevante avaliar o potencial dos saldos comerciais do agronegócio sob situações alternativas quanto à sua utilização para cobrir déficits do balanço de pagamento.

Dentro dessa ordem de idéias, o presente trabalho tem como objetivo:

- Analisar os saldos da balança comercial do agronegócio brasileiro, para o período de 1995 a 2004.
- Estimar o poder de compra do agronegócio, nos termos da aplicação desses saldos na aquisição, pelo mercado interno, de bens e serviços produzidos pelo País.
- Estimar para cenários alternativos, em termos de uso dos saldos para cobrir déficits do balanço de pagamentos, como se distribuiriam as divisas para a aquisição de bens e serviços produzidos no País e para a importação de bens de capital para ampliar a base produtiva.

## Agricultura, agronegócio e crescimento econômico

Veiga (1975) enfatiza que a alavancagem da economia brasileira baseou-se em alguns produtos de exportação, principalmente o café, ao lado de outros produtos tradicionais como o cacau, mamona, castanhas, óleos, ceras e algodão. Ao lado desse setor, coexistia um sub-setor de subsistência de baixa produtividade e reduzida competitividade.

Araújo e Schuh (1975) destacam que o desenvolvimento da agroindústria de exportação faz com que a agricultura cumpra, no mínimo, duas funções: gerar divisas com a exportação e

ampliar o mercado interno para produtos industriais.

Nóbrega (1985) ressalta a notável contribuição da agricultura dos Estados Unidos para o desenvolvimentos da economia americana, destacando que no período 1930-1980, a produção agrícola aumentou 150%, com uma elevação de custos de apenas 7%. Destinando em torno de 40% dessa produção para o mercado externo, a agricultura americana constituiu-se numa das mais importantes fontes de divisas com uma receita cambial que supera os US\$ 40 bilhões.

Segundo Castro (1993), aumentos nas exportações agrícolas alargam o mercado interno, inclusive para produtos industriais, gerando-se mais poupança para financiar investimentos produtivos, e por se tratar de um setor trabalho-intensivo tem grande impacto na geração de emprego.

Okuda (2005) refere-se às conseqüências do Plano Real, em 1994, sobre a agricultura brasileira, através da elevação das taxas de juros e da exportação predatória de produtos agrícolas do exterior, implicando transferência de renda para as áreas urbanas, via redução de preço real dos seus produtos, para garantir a estabilidade monetária. Além disso, nos anos posteriores do Plano, as exportações do agronegócio passaram a cobrir os déficits do balanço de pagamentos, uma vez que os demais setores são deficitários.

Tomich et al. (2005) concluem que nos anos 90, apesar da conjuntura adversa, o agronegócio brasileiro continuou gerando saldos positivos na balança comercial. No entanto, para ampliar doravante esses saldos, seria necessário aumentar a competitividade dos nossos produtos, bem como a capacidade de reduzir a importação de fatores de produção. Pelas simulações realizadas pelos autores, não existiam indicações de que o setor tivesse capacidade de incrementar os saldos positivos de comércio internacional de forma vigorosa em 2000. Na medida em que o cenário macroeconômico requeria que o País gerasse saldos positivos em prazo reduzido, parecia, para os autores, ser limitada a capacidade do agronegócio brasileiro em incrementar o esforço exportador.

Costa (2002) coloca, como questão central, a atual fragilidade financeira do Brasil, cuja dependência de capitais externos tem levado a aumentos dos serviços da dívida. Como alternativa a esses aumentos, resta elevar a taxa de crescimento econômico, sendo que o crescimento da agricultura de exportação seria a chave para sair dessa armadilha.

Barros e Silva (2004) ressaltam a dificuldade que existe em aliar, após o Plano Real, os objetivos de estabilização da moeda com um ritmo de crescimento econômico mais acelerado que promova o aumento do emprego e o bem-estar da população. Pelo menos a promoção do bem-estar foi conseguida com a expansão do agronegócio, com a redução em mais de 20% dos preços dos produtos alimentícios, além de ter facilitado a manutenção de baixas taxas de inflação, sem falar nos expressivos saldos da balança comercial, atenuando, assim, os déficits comerciais que, de outra forma, poderiam tornar-se insuportáveis para o País.

## Delimitação do agronegócio

O conceito de agronegócio vem evoluindo e assumindo várias formulações, desde Davis e Goldberg em 1957, na tentativa de entender e explicar a conformação e importância da agricultura e suas inter-relações (agrobusiness), passando pelas cadeias de produção, Filière, complexos rurais, complexos agroindustriais, sistemas agroindustriais, permitindo estudos úteis para subsidiar as tomadas de decisão nos setores público e privado.

Considera-se como agronegócio, em termos dos componentes da balança comercial, os produtos primários vegetais e animais, inclusive pescados e moluscos, bem como as agroindústrias 1 (alimentos, bebidas, fumo, gorduras, óleos e ceras vegetais), agroindústrias 2 (peles, couros, fibras, fios e tecidos naturais), além da borracha natural, madeiras e celulose. Tal composição é a mesma adotada pelo Mapa.

Para a Organização Mundial do Comércio (OMC), no entanto, os componentes da balança

comercial brasileira contemplam apenas os produtos objeto da Rodada Uruguai, que são: tabaco, laranja, café, açúcar, carnes e soja. Levada a efeito em 1994, a Rodada Uruguai foi a última das negociações realizadas pelos países exportadores, desde 1944, com o conclave inicial em Bretton Woods, na Inglaterra. A OMC é um órgão colegiado, composto por países exportadores, que desenvolvem rodadas de negociações, para estabelecer critérios para o comércio internacional.

## Método de estudo

Para estimar o poder de compra e transferência de recursos do agronegócio, adotou-se um método empregado anteriormente por Magalhães (1979), feitas as necessárias adequações para a atual realidade brasileira. O método, foi usado para estudar as transferências de renda do Nordeste para o resto do País, mas pode ser empregado para estimar essas transferências no plano dos setores econômicos. Em sua feição original, sua formulação foi a seguinte:

Dado um superávit na balança comercial da região (no presente caso, do agronegócio), pode este saldo ser empregado em compras de bens e serviços oriundos do exterior ou do resto do País. Tem-se então que:

$P$  = Índice de Preços Internos (no modelo original Índice Geral de Preços por Atacado, no presente estudo, Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna).

$P_m$  = Índice de Preços das Importações do Exterior (em dólares), (no presente estudo, Índice de Preços de Bens de Capital importados).

$P_{mt}$  = Índice, em reais, do valor das divisas externas, à taxa de câmbio  $t$ .

$(P_{mt})/P$  = Relação entre o índice de valor, em reais, das divisas e os índices de preços internos.

No modelo original, esta última relação estimava o índice do poder de compra da Região Nordeste no resto do País, o qual fornecia uma medida dos ganhos ou perdas da região, quando

esta em vez de usar as divisas para importações do exterior, usava-as para compras de bens e serviços do resto do País.

Convém explicar que a política de substituição de importações implicava proteção tarifária à indústria nacional, impedindo que o Nordeste adquirisse a preços mais baixos, no exterior, os bens de capital de que necessitava para o seu processo produtivo. No atual cenário brasileiro, quando já não há política de substituição de importações, torna-se relevante, ao invés de estudar as transferências de divisas via ações protecionistas, estimar como se distribuiria essas divisas na alavancagem da economia, através da injeção de recursos para aquecer o mercado interno para bens e serviços produzidos no País e para importar bens de capital que interessam à base produtiva. Daí, porque optou-se por trabalhar com Índice Geral de Preços (IGP), para dar mais abrangência ao poder de alavancagem das divisas (dinamizar todos os setores da economia). Elevando a demanda interna com maior volume de recursos circulando na economia, será criada uma das condições essenciais para o crescimento auto-sustentado. A propósito, Suzigan (2004), faz referência a dados de pesquisa do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), mostrando que, para o período 1975-1980, 77,3% do crescimento da indústria de transformação foi explicado pelo aumento na demanda interna.

A opção pelo Índice de Preços Bens de Capital Importados, ao invés dos preços de bens importados em geral, deveu-se à necessidade de importar bens de capital, para viabilizar o nosso processo produtivo, desde que se torne econômico fazê-lo.

Além das modificações ora referidas, trabalhou-se com três cenários em termos de uso das divisas para cobrir déficits do balanço de pagamentos. O cenário atual (divisas quase todas utilizadas para este fim); cenário atenuado (redução em 50%, na necessidade de uso das divisas para cobrir estes déficits); e cenário ideal (divisas totalmente livres para alavancar a economia). Para cada cenário foram feitas estimativas com o uso do modelo aqui adotado.

## Análise dos saldos da balança comercial do agronegócio

Durante o período 1995-2004, os saldos da balança comercial do agronegócio brasileiro dobraram, saindo dos US\$ 15 bilhões no início, para US\$ 34 bilhões no fim da série. Em termos de taxa de crescimento, esse desempenho registrou uma expansão de 10,35% ao ano, valendo ressaltar que esse surto de crescimento é um fato recente, uma vez que nos últimos cinco anos (1999-2004), a taxa observada foi de 16,05%, enquanto a do período anterior (1995-1999) foi de apenas 3,22% ao ano. Observe-se também, que a formação dos referidos saldos foi extremamente favorecida por um crescimento das exportações (5,28% ao ano), enquanto as importações decresceram à taxa anual de 7,67% (Tabelas 1 e 2).

Quando se procura estudar os fatores que responderiam por esses brilhantes resultados, as evidências têm mostrado que os aumentos de produtividade aparecem como o condicionante mais importante para explicar o crescimento das exportações do agronegócio brasileiro. Quanto ao efeito-preço, as exportações têm respondido mais intensamente do que as importações, mostrando-se, portanto, estas últimas, mais rígidas a oscilações de preços externos. Do ponto de vista da

taxa de câmbio, as exportações são menos sensíveis a variações do que as importações. Assim, uma desvalorização da taxa de câmbio reduz severamente as importações, consistindo pois num caminho auspicioso para a economia de divisas.

A adequada análise dos efeitos da taxa de câmbio, no presente estudo, não prescinde da abordagem acerca das drásticas mudanças ocorridas no País, a partir de 1999, e desse modo, há que segmentar-se a apreciação em dois momentos: antes e depois dessas mudanças. Entre 1995 e 1999, o real estava sobrevalorizado, favorecendo as importações, tornando-se possível adquirir mais produtos do mercado externo com os mesmos recursos. Assim, no primeiro quinquênio, quando feita uma análise, o valor das importações do agronegócio esteve em torno dos US\$ 10 bilhões/ano. Em sentido contrário, quando se adotou, a partir de 1999, o regime cambial de taxas flutuantes e desvalorização do real, ficou mais caro importar, caindo o valor das importações para US\$ 5 bilhões/ano. Do lado das exportações, aconteceu o contrário: os valores exportados tiveram um crescimento maior do que o do período anterior. De fato, no quinquênio inicial, as exportações decresceram à taxa de 2,4% ao ano, e em 1999-2004, elevaram-se à taxa de 11,2%. Com a valorização do dólar nesse novo

**Tabela 1.** Evolução dos saldos da balança comercial do agronegócio (em US\$ bilhões).

Ano	Preço mínimo (X)		Importação (M)		X - M	
	Preços correntes	Preços constantes <sup>(1)</sup>	Preços correntes	Preços constantes <sup>(1)</sup>	Preços correntes	Preços constantes <sup>(1)</sup>
1995	20,87	25,82	8,61	10,65	12,26	15,17
1996	21,15	25,42	8,94	10,75	12,21	14,68
1997	23,40	27,49	8,25	9,69	15,15	17,80
1998	21,57	24,96	8,11	9,38	13,46	15,57
1999	20,51	23,22	5,74	6,50	14,77	16,72
2000	20,61	22,57	5,80	6,35	14,81	16,22
2001	23,86	25,42	4,85	5,17	19,01	20,26
2002	24,84	26,06	4,49	4,71	20,35	21,35
2003	30,64	31,40	4,79	4,91	25,85	26,49
2004	39,02	39,02	4,88	4,88	34,14	34,14
Total		271,38		72,99		198,39
Média		27,14		7,30		19,84

Fonte: BRASIL/MDIC, 2005 - Cálculos dos autores.

<sup>(1)</sup>Preços constantes de 2004, corrigidos pelo IPC dos Estados Unidos.

**Tabela 2.** Evolução dos saldos da balança comercial do agronegócio. Taxas de crescimento (%).

Ano	Exportação (X)	Importação (M)	X - M
1995-1996	-1,56	0,86	-3,26
1996-1997	8,16	-9,79	21,30
1997-1998	-9,23	-3,20	-12,52
1998-1999	-6,97	-30,75	7,36
1999-2000	-2,78	-2,24	-2,99
2000-2001	12,63	-18,65	24,88
2001-2002	2,49	-8,86	5,38
2002-2003	20,53	4,24	24,12
2003-2004	24,25	-0,60	28,86
1995-1999	-2,40	-10,72	3,22
1999-2004	11,42	-5,22	16,05
1995-2004	5,28	-7,67	10,35

Fonte: Tabela 1 - Cálculos dos autores.

cenário, a uma mesma quantidade de produto exportado, passou a corresponder maior volume de receita auferida, estimulando desse modo a expansão da atividade exportadora.

A conjuntura que tem caracterizado os últimos cinco anos reuniu fatores que têm, particularmente, favorecido o crescimento dos saldos da balança comercial do agronegócio brasileiro. Pode-se considerar o fator tecnológico (responsável pelos aumentos de produtividade) como o agente dinâmico de impulsão, que ao lado da qualidade dos produtos conseguiu garantir a sua competitividade, de modo a aproveitar uma política cambial e um comportamento de preços internacionais propícios aos nossos produtos. É importante observar, também, que há uma tendência a conquista de novos mercados, e o Brasil tem grande potencial em termos de capacidade empresarial, solo, clima e recursos naturais, para garantir o crescimento auto-sustentado do setor. A questão que se coloca a seguir, é como este crescimento pode contribuir para uma expansão expressiva e persistente do nosso produto interno bruto.

## Poder de compra das divisas do agronegócio

Analisa-se, a seguir, o efeito conjunto da evolução dos índices de preços de bens de capital importados, índices de taxas de câmbio real e

índices gerais de preços, como critério para estimar a distribuição de divisas potencialmente aplicáveis na importação de bens industriais e na aquisição de bens e serviços produzidos internamente. Percebe-se que os índices de preços de bens de capital importados tendem a decrescer, enquanto que os índices de taxa de câmbio real mostram-se crescentes. O produto entre os dois índices, sobre cem, produz um outro índice, qual seja, o índice do valor das divisas. Divididos pelos índices gerais de preços do respectivo ano, que cresceram bem mais do que o produto dos dois índices anteriormente considerados, foi estimado um índice do poder de compra para cada ano, que fornece uma medida de quanto utilizar, das divisas, para importar bens de capital (Coluna E) e para adquirir bens e serviços produzidos internamente (Coluna F).

Isso significa que os recursos gerados pela balança comercial do agronegócio, se aplicados para dinamizar a economia, observam proporções que tendem a favorecer mais a aquisição de bens e serviços produzidos internamente do que a importação de bens de capital que interessam ao processo produtivo em geral. Convém observar que por não haver medidas protecionistas importantes do governo em termos de preços de qualquer bem ou serviço produzido pelo País, os respectivos índices de preços que dão origem aos cálculos do poder de compra das divisas expressam a própria tendência do mercado, não

implicando possíveis perdas ou ganhos de qualquer setor econômico, como acontecia ao tempo da política de substituição de importações (Tabela 3).

## Transferências de recursos do agronegócio para alavancar a economia.

### Cenário 1 – Atual

Durante o período 1995-2004, cerca de 80% dos saldos da balança comercial gerados anualmente, em média, pelo agronegócio, foram utilizados para cobrir déficits do balanço de pagamentos. Isso significa haver sobrado muito pouco para que as divisas geradas pudessem favorecer o crescimento da economia. De fato, no cenário atual, estima-se ter sobrado, em média, apenas US\$ 3,78 bilhões/ano para alavancar a economia, dos quais US\$ 2 bilhões seriam destinados à aquisição de bens e serviços produzidos internamente. Como o PIB esteve em torno de US\$ 500 bilhões/ano, este valor representa menos de 0,4% daquele agregado econômico. Ainda assim, certamente esta injeção

de recursos na economia, no agronegócio, deve ter ajudado no crescimento do PIB, que durante os últimos dez anos expandiu-se à taxa de 2,4%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Vale observar que parte das divisas devem ter sido empregadas na importação de bens de capital para viabilizar o processo produtivo, contribuindo também para que a economia crescesse (Tabela 4).

### Cenário 2 – Déficits do balanço de pagamentos exigiriam apenas 50% na situação atual

Admitamos agora que, se ao invés de empregar 80% das divisas geradas, para cobrir déficits do balanço de pagamento, os encargos da dívida exigissem apenas 50% do destinado, atualmente, para este fim, seriam liberados, nesse caso, US\$ 11,81 bilhões/ano das divisas, que convertidas em real favoreceriam o crescimento econômico, distribuindo-se US\$ 7,45 bilhões para a aquisição de produtos e serviços produzidos internamente e US 4,36 bilhões para importação de bens de capital. Esses valores representariam, respectivamente 1,5% do PIB e cerca de 30% do valor dos bens de capital importados, em média, por ano pelo Brasil, no decênio, que segundo

**Tabela 3.** Poder de compra das divisas do agronegócio.

Ano	IPI <sup>(1)</sup>	ITC <sup>(2)</sup>	IVD <sup>(3)</sup>	IGP <sup>(4)</sup>	IPC <sup>(5)</sup>	
	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)
1995	116,70	85,77	100,10	167,46	59,78	40,22
1996	104,64	84,59	88,51	186,04	47,58	52,42
1997	103,20	84,07	86,76	200,76	43,22	56,78
1998	81,86	87,13	71,32	208,56	34,20	65,80
1999	81,96	122,38	100,30	232,17	43,20	56,80
2000	78,45	108,48	85,11	264,14	32,22	67,78
2001	70,62	126,24	89,15	291,51	30,58	69,42
2002	70,93	138,23	98,04	330,88	29,63	70,37
2003	81,99	118,69	97,31	406,31	23,95	76,05
2004	101,43	115,09	116,74	418,74	27,88	72,12

Fonte: BRASIL/MDIC, 2005 - Cálculos dos autores.

<sup>(1)</sup>IPI - Índice de Preços de Bens de Capital Importados.

<sup>(2)</sup>ITC - Índice de Taxa de Câmbio Real.

<sup>(3)</sup>IVD - (A.B)/100.

<sup>(4)</sup>IGP - Índice Geral de Preços, Disp. Interna-FGV.

<sup>(5)</sup>IPC - Índice do Poder de Compra.

(E) IPC para Bens de Capital Importados = (C/D)/100.

(F) Índice do Poder de Compra de Bens e Serviços Produzidos Internamente = 100 - E.

**Tabela 4.** Estimativas das transferências de recursos para alavancar a economia brasileira. Cenário 1. Valores em US\$ bilhões – Preços constantes de 2004.

Ano	Divisas livres	IPC (E)	Alavancagem - US \$ bilhões	
	A	B	C	(A-C)
1995	15,17	59,78	9,07	6,10
1996	10,42	47,58	4,96	5,46
1997	0,00	43,22	0,00	0,00
1998	0,00	34,20	0,00	0,00
1999	0,00	43,20	0,00	0,00
2000	0,00	32,22	0,00	0,00
2001	3,52	30,58	1,08	2,45
2002	0,32	29,63	0,09	0,22
2003	7,72	23,95	1,85	5,87
2004	0,68	27,88	0,19	0,49
Total	37,83		17,23	20,60
Médias	3,78		1,72	2,06

Fonte: FGV, 2005 – Cálculos dos autores.

Nota: (C) – Divisas utilizadas para importar bens de capital.

(A-C) – Divisas utilizadas para aquisição de bens e serviços produzidos internamente.

(B) – Índice de preço ao consumidor.

dados da Fundação Getúlio Vargas, esteve em torno de US\$ 15 bilhões/ano. É importante destacar que, neste cenário, o crescimento da economia na última década teria sido maior do que os 2,4% que as estatísticas oficiais registram, uma vez que a injeção de recursos proporcionada ampliaria a demanda interna e ainda viabilizaria o aumento do estoque de capital produtivo (Tabela 5).

### Cenário 3 – Saldos totalmente livres para alavancagem

Por último, um cenário ideal, em que nada fosse utilizado do saldo da balança comercial do agronegócio para cobrir déficits, seria a injeção, anualmente, de US\$ 20 bilhões para aquecer a economia, dos quais US\$ 12,85 bilhões se

**Tabela 5.** Estimativas das transferências de recursos para alavancar a economia brasileira. Cenário 2 - Valores em US\$ bilhões – Preços constantes de 2004.

Ano	Divisas livres	IPC (E)	Alavancagem - US \$ bilhões	
	A	B	C	(A-C)
1995	15,17	59,78	9,07	6,10
1996	12,55	47,58	5,97	6,58
1997	8,90	43,22	3,85	5,05
1998	7,79	34,20	2,66	5,12
1999	8,36	43,20	3,61	4,75
2000	8,11	32,22	2,61	5,50
2001	11,89	30,58	3,64	8,25
2002	10,83	29,63	3,21	7,62
2003	17,11	23,95	4,10	13,01
2004	17,41	27,88	4,85	12,56
Total	118,11		43,57	74,54
Médias	11,81		4,36	7,45

Fonte: FGV, 2005 – Cálculos dos autores.

Nota: (C) – Divisas utilizadas para importar bens de capital.

(A-C) – Divisas utilizadas para aquisição de bens e serviços produzidos internamente.

(B) – Índice de preço ao consumidor.

destinariam à aquisição de bens e produtos produzidos pelo País e cerca de US\$ 7 bilhões para a importação de bens de capital. Nesse caso, os recursos transferidos para a aquisição de tudo o que é produzido no País representariam 2,57% do PIB ao ano, podendo produzir efeito significativo sobre o seu crescimento, além do que os saldos destinados à importação de bens de capital representariam quase 50% do valor das importações desses bens pelo Brasil, nos últimos dez anos, com efeito igualmente benéfico sobre o crescimento da economia (Tabela 6).

## Conclusões

Pode-se concluir em primeiro plano, que o método, ora empregado, mostrou-se adequado para cumprir os objetivos do trabalho e que usado anteriormente por outros autores para estudar a transferência de divisas do Nordeste para as demais regiões do Brasil revelou-se válido para estimar essas transferências, quando se trata do agronegócio como fonte de alavancagem do crescimento econômico.

Em termos de desempenho da balança comercial no período 1995-2004, o agronegócio gerou saldos expressivos experimentando um

crescimento sem precedentes na história. Vale ressaltar que o setor conseguiu cumprir, com certeza, uma das condições alinhadas por autores aqui mencionados, para que obtivesse, no futuro, saldos maiores do que os dos anos 90: revelou-se competitivo, com base em avanços tecnológicos de grande repercussão na produtividade, aproveitando também as condições favoráveis em termos de política cambial e aumento da demanda externa para os nossos produtos. Juntamente a isso, houve uma redução drástica (pela metade) dos valores dos produtos agrícolas e agroindustriais importados, contribuindo para melhorar o saldo da balança comercial, embora não se disponha de dados para atestar a redução nas importações de fatores de produção.

Quanto à estimativa do poder de compra das divisas do agronegócio, os recursos gerados pela sua balança comercial, se aplicados para dinamizar a economia, observam proporções que tendem a favorecer mais a aquisição de bens e serviços produzidos internamente do que a importação de bens de capital que interessam ao processo produtivo em geral. Convém observar que por não haver qualquer medida protecionista importante sobre os preços de qualquer bem ou serviço produzido pelo País, os respectivos índices de preços que dão origem aos cálculos do poder

**Tabela 6.** Estimativas das transferências de recursos para alavancar a economia brasileira. Cenário 3. Valores em US\$ bilhões – Preços constantes de 2004.

Ano	Divisas livres	IPC (E)	Alavancagem - US \$ bilhões	
	A	B	C	(A-C)
1995	15,17	59,78	9,07	6,10
1996	14,68	47,58	6,98	7,69
1997	17,80	43,22	7,69	10,11
1998	15,57	34,20	5,33	10,25
1999	16,72	43,20	7,22	9,50
2000	16,22	32,22	5,23	10,99
2001	20,26	30,58	6,19	14,06
2002	21,35	29,63	6,32	15,02
2003	26,49	23,95	6,35	20,15
2004	34,14	27,88	9,52	24,62
Total	198,39		69,90	128,49
Médias	19,84		6,99	12,85

Fonte: FGV, 2005 – Cálculos dos autores.

Nota: (C) – Divisas utilizadas para Importar bens de capital.

(A-C) – Divisas utilizadas para aquisição de bens e serviços produzidos internamente.

(B) – Índice de preço ao consumidor.

de compra das divisas expressam a própria tendência do mercado, não implicando possíveis perdas ou ganhos de qualquer setor econômico, como acontecia ao tempo da política de substituição de importações.

No que se refere às potencialidade para alavancar a economia, no cenário atual, o País usou, no último decênio, quase todas as divisas geradas para cobrir déficits do balanço de pagamentos, pouco restando para aquecer o mercado interno para aquisição dos bens e serviços produzidos internamente ou para adquirir os bens de capital que precisam ser importados para viabilizar a expansão da base produtiva. Para um cenário alternativo, em que a necessidade de cobertura do déficit que represente apenas a metade da atual, seriam necessários mais recursos para atingir os objetivos de crescimento econômico, sendo que o impacto mais significativo se daria à medida que fosse reduzindo os compromissos de curto prazo com o pagamento dos encargos da dívida pública, deixando os saldos cada vez mais livres para os seus fins de alavancagem econômica.

## Referências

- ARAÚJO, P. F. C.; SCHUH, E. G. **Desenvolvimento da agricultura: natureza do processo e modelos dualistas**. São Paulo: Pioneira, 1975.
- BARROS, G. S. C.; SILVA, S. F. **O saldo comercial do agronegócio e o crescimento da economia brasileira**. Disponível em: <<http://www.cepea.esalq.usp.br>>. Acesso em: 5 maio 2005.
- BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio**. Disponível <<http://www.desenvolvimento.gov.br/aliceweb>>. Acesso em: 3 maio 2005.
- CARTA do Ibre. O boom do agronegócio: é preciso não deitar nos louros. **Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro, v. 59, n. 1, 2004.
- CASTRO, P. R. **Por que os países crescem: a última década**. 1. ed. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1993. 182 p.
- COSTA, F. N. Fragilidade financeira. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 2, n. 19, p. 12-15, dez. 2002.
- MAGALHÃES, A. R. Comércio e desenvolvimento. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 10, p. 10-18. 1979.
- NÓBREGA, M. F. Desafio da política agrícola. **Gazeta Mercantil**, Rio de Janeiro, 1985. 188 p.
- OKUDA, T. **Retrospectiva - café deu grande impulso à economia brasileira**. O Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.estado.com.br>>. Acesso em: 5 maio 2005.
- SUZIGAN, W. **Substituição de importações**. Disponível em: <<http://www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/economia/industri/substimp/apresent.htm>>. Acesso em: 5 maio 2005.
- TOMICH, F. A.; MAGALHÃES, L. C. G.; SILVEIRA, F. G. Desempenho do comércio internacional e a competitividade do agronegócio brasileiro: avaliação da década de 1990 e cenários. In: **TRANSFORMAÇÕES da agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2005. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 5 maio 2005.
- VEIGA, A. **Efeitos da política comercial brasileira no setor agrícola sobre o desenvolvimento da agricultura**. São Paulo: Pioneira, 1975, 136 p.